

Então, a Prefeitura, por muitas das vezes, conseguiu intervir em várias franjas dessa área, a gente conseguiu coibir essas ocupações irregulares, mas, enfim, ao longo dos anos a gente acabou tendo essa área 100% ocupada. E, aí, a gente tem vários problemas nessa área. E um dos problemas é a peça-chave dessa reunião nossa, que é a questão de enchente ali naquela região que é a montante da área do Campo do Bomba. Eu estou entrando logo nesse assunto de enchente porque é a preocupação número um de todos, inclusive a da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, porque qualquer intervenção naquele ponto ali se não for bem dimensionada, bem definida, quem vai sofrer é não somente os Municípios a montante, mas principalmente a Prefeitura de Duque de Caxias, todos os nossos municípios, toda a nossa população. Eu sou morador também, não só do Município, mas da região como um todo, a gente também tem uma preocupação muito grande em estar fazendo o projeto que se adeque à nossa realidade.

Ao escolher essa área, a gente escolheu por vários motivos, um motivo é a ocupação desordenada que já se iniciou nessa área. Esse Campo do Bomba é uma área de quase 3 milhões de metros quadrados, ela já está sendo ocupada, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, nos últimos anos, por determinação do Prefeito Washington Reis, está fazendo o maior projeto de reassentamento do Município de Duque de Caxias. A gente concluiu no ano passado toda a retirada das famílias que estavam morando na beira do Rio Iguaçu, um total de 1.245 famílias. Todas elas foram reassentadas em condomínios habitacionais ou (não compreendido) as famílias foram indenizadas para que pudessem comprar edificação em região próxima, mas não em beira do rio. Dessa forma, a gente conseguiu garantir mais cidadania para essas famílias que moravam ali em situações subumanas.

Então, a Prefeitura teve essa sensibilidade e o Poder Público não foi ausente. A gente conseguiu fazer com que essas famílias hoje tivessem uma nova vida. A gente conseguiu reassentá-las em um empreendimento digno, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, tanto com toda uma infraestrutura interna do condomínio, com salão de festas, área de esportes como no entorno, onde temos, em um raio de 200 metros apenas de onde foram reassentadas essas famílias, cinco escolas, unidades de saúde, praça, enfim, a gente tem uma infraestrutura pesada da Prefeitura e também do Governo do Estado nessa região para que a gente pudesse dar uma condição de vida melhor a essas famílias.

Então, a gente já fez esse trabalho em uma margem do Rio Sarapuí. E o nosso projeto é dar continuidade à outra margem também do Rio Sarapuí, já dentro dessa região conhecida toda ela como Campo do Bomba. A gente já tem lá hoje 200 famílias, a gente já retirou no ano passado 170 famílias, mais ou menos, dessa área então, são pessoas que estão vivendo ali, conforme falei anteriormente, de uma forma bem subumana, muita dificuldade por conta de questões sociais inadequadas.

Então, a Prefeitura está com esse compromisso de estar reassentando essas famílias para que a gente possa estar melhorando aquela situação. E da forma que aconteceu no passado, que o Incri teve as suas áreas invadidas, e é uma área um pouco maior do que a área do Campo do Bomba, a gente só nessa área do Campo do Bomba que estava vindo a ocupação dos fundos até a rodovia, não ia demorar muito tempo, essas ocupações chegariam na beira da rodovia BR-040, só essa área do Campo do Bomba é o dobro do tamanho da comunidade da Rocinha. Naquela região ali, se nós não tivermos uma intervenção imediata naquela área, a nossa preocupação é que essa ocupação desordenada acelere ainda mais e a gente acabe tendo dificuldades não só ambientais, mas, também, sociais naquela região.

Então, esse é um foco muito importante em que o nosso Prefeito Washington Reis está porque a gente compreende a necessidade que a população tem e a gente fazer um projeto de uma forma mais organizada e mais responsável.

Em relação à parte de drenagem, a Prefeitura está trabalhando para que a gente tenha um projeto específico para aquela área, para que a gente possa combater a questão da drenagem. A gente tem ali dois rios praticamente paralelos, mas com características diferentes. A gente está realizando um projeto para que a gente possa fazer um canal de ligação entre o Rio Sarapuí e o Rio Iguaçu e esse canal, em virtude da gente ter características dos rios diferente, em relação à velocidade, escoamento, altura de elevação dessas águas, desse (não compreendido), a gente está fazendo um estudo para poder ter a garantia de que esse projeto vai ser funcional. E aí a gente fazer uma interlocução entre esses dois rios para que a gente possa equilibrar esse sistema, e a gente não só dar uma solução para essa região do Campo do Bomba, mas, também, de a gente estar dando uma solução a montante.

Conforme o nosso Deputado Luiz Paulo disse, com muita sabedoria como sempre - parabéns, Deputado -, a gente tem aquela região ali uma região muito importante. Do outro lado da rodovia 040 nós temos uma área que é a área que hoje pertence à Marinha, que é uma área de 5 milhões de metros quadrados, praticamente o dobro da área do Campo do Bomba, que ela serve também como um polder a jussante, ou seja, bem próximo à foz dos rios ali, a gente tem um espreitamento daquelas águas ali naquele trecho e aqueles 5 milhões de metros quadrados ali, também uma outra possibilidade que a gente está trabalhando, para tentar fazer com que essa área fique mais eficiente para poder estar absorvendo no período de recorrência essas águas da chuva, para que a gente possa amenizar e resolver de boa parte todo esse problema de enchente a montante.

Esse investimento que a gente pretende estar fazendo ali é um investimento significativo, a gente tem ali um projeto macro para essa região, onde esse canal que a gente pretende, deixando bem claro aqui, sendo redundante nesse aspecto, a gente está fazendo um estudo para poder confirmar a viabilidade e a eficiência desse projeto. Eu não estou aqui afirmando que essa é a solução definitiva ou se ela é uma situação provisória, a gente está estudando para que esse projeto atenda aos interesses da região. Agora, até onde o nosso estudo já chegou, a gente já está prevendo que esse canal vai melhorar a situação das famílias no entorno, a implantação desse centro de abastecimento, que hoje o Ceasa existente já está com problemas de tamanho, já não comporta mais a nossa população aqui da Região Metropolitana, o centro de abastecimento do Município de Duque de Caxias atenderá essa demanda que está sendo criada na região e vai contribuir, também, para que todo investimento feito nessa área a gente possa reverter para que toda essa região a montante possa se beneficiar com investimento público, para que a gente possa inverter toda medida compensatória, enfim, não só geração de emprego e renda naquela região, mas que a gente consiga também estar fazendo com que toda essa região, que já está sofrida a décadas, que realmente o Poder Público tenha uma eficiência para que melhore a condição de vida dessas pessoas.

Deputado, Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Secretário, muito obrigado pela participação. Vossa senhoria terá para o uso da palavra novamente mais adiante, porque certamente nessa rodada haverá questões e perguntas à Prefeitura. Só queria deixar consignada uma pergunta, que foi a pergunta que a gente terminou fazendo na última Audiência, se diante desse quadro, que eu não desconheço e nem tampouco deprecio as informações trazidas por vossa senhoria, mas diante desse quadro de questionamentos, se a Prefeitura de Caxias em algum momento considera ou considerou a possibilidade de uma outra localização para essa Cearj. Além disso, uma outra questão que deixei anotada, essa preocupação com as ocupações irregulares. Ninguém aqui se coaduna com as ocupações, ao contrário, a gente luta por políticas de assentamento, como foi o caso, mas a instalação de uma unidade de conservação, mesmo que não seja parque estadual, mas uma unidade de conservação com outra estatura, também poderia contribuir no sentido de conter as ocupações irregulares.

Enfim, são questões que deixo para vossa senhoria. E mais adiante a palavra será concedida novamente. Agradeço mais uma vez.

Na sequência, chamo o Coletivo Foras para sua intervenção, que será dividida entre o Sr. Gabriel Alves e a Professora Marluvia Santos. Por favor, Coletivo Foras tem a palavra.

Aproveito também para registrar que a Deputada Renata Souza, cuja assessoria está participando da nossa Audiência, não poderá estar conosco porque está acompanhando neste momento na CPI das Crianças Desaparecidas o pronunciamento do Secretário de Polícia Civil.

Bom, por favor, Coletivo Foras tem a palavra.

O SR. GABRIEL ALVES - Bom-dia a todos, agradeço a intervenção do Leandro e dos demais Deputados. A gente vai dividir a fala, para tentar ser breve. Na fala da Professora Marluvia vou fazer uma breve apresentação aqui de um ou dois slides, mas a minha apenas escrevi aqui e vou ler o que preparei aqui rapidamente em uma página, vou tentar correr um pouco para a gente ganhar tempo.

Então, o Foras, que é o Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping, é um movimento que se iniciou antes desse enfrentamento, dessa questão no Campo do Bomba, ele decidiu (não compreendido) instalação do Cearj como(?) fez a partir de dois problemas graves em relação a esse projeto. Esse projeto tem sido apresentado desde 2018 (não compreendido) interesses de certos consórcios de empregos, não(?).

Então, o primeiro problema, de caráter ambiental, diz respeito ao terreno, quanto à função em que o mesmo cumpre enquanto mantenedor de condição de drenagem da bacia do Rio Iguaçu e Sarapuí. Desde 1997, a área foi designada como parte da APA São Bento, tanto por seu significado patrimonial quanto por seu valor ambiental. O decreto que deu origem à área de preservação foi resultado de lutas e mobilizações da sociedade civil organizada. A lei de 2003(?), de 2007(?) e 2006(?), que retirou da área da APA, entretanto(?), a área, não teve origem no apelo(?) civil e não apresentou sequer justificativas técnicas para retirada do mesmo, não houve estudos ou pareceres que embasassem uma decisão tão drástica. Muito pelo contrário, as análises hidrológicas que fundamentaram o Projeto Iguaçu caracterizaram a área como parte da chamada zona de ocupação condicionada do baixo Iguaçu. Uma repartição que, segundo o documento, funciona no amortecimento das redes do Sarapuí e Iguaçu.

A segunda questão, relativa ao interesse público do projeto, não se desconecta do primeiro programa, pois as formas de uso e apropriação desta área se traduzem em impactos ambientais de maior ou menor envergadura. A ideia de ampliar a rede de abastecimento hortigranjeira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro é louvável, é importante, é fundamental. Mas a forma jurídica que ela assumiu no termo de concessão para o Cearj não está condizente com a intenção da primeira. Quando o projeto base foi apresentado pelo referido consórcio de empresas em 2018, o procedimento (não compreendido) em 01/2018, a área total do centro de distribuição equivalia a 1 milhão 550 mil e 475(?) metros quadrados. Ou seja, 59% do (não compreendido). Porém, até o processo licitatório, o entendimento que justificaria a parceria público-privada passou a corresponder então a 480 mil metros quadrados, ou seja, figurou apenas como 17% do terreno. Os empreendimentos associados, então, liberados em todo restante da área passaram a ocupar então a centralidade da concessão e o exemplo visto foi a pronta negociação imobiliária envolvendo a rede Assai Atacado. A definição esgarçada do que poderiam ser os empreendimentos (não compreendido), somados à sua não conversão a folha do contrato, amontou-se na contramão da preservação do interesse público. No texto da concessão encontramos: "Salvo determinação em contrário, os bens caracterizados como empreendimentos associáveis(?), por constituírem bens acessórios à operação da central de abastecimento e cuja manutenção por(?) particular(?) se preste(?) à redução dos ônus econômicos da implantação do entreposto não serão revertidos ao termo do contrato." Isso aqui está no capítulo 14 do termo de concessão (não compreendido) 44.1301. Ainda que o terreno retorne para a mão do Estado, o resultado será uma densa gama de empreendimentos privados instalados sobre solo de propriedade pública.

Estamos diante, então, de um projeto com risco ambiental e jurídico, capaz de impactar cinco Municípios da Região Metropolitana e que segue em previsão ao lado do consórcio de empresas, em detrimento do interesse público.

Bom, isso aqui foi o que eu coloquei e repasso agora para a Professora Marluvia, vou iniciar aqui o slide que ela vai falar em relação à primeira problemática.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Gabriel Alves.

Professora Marluvia Santos tem a palavra. Só lembrando que nós tínhamos programado para o Coletivo e para a Prefeitura um tempo maior, professora Marluvia tem 4 minutos.

A SRA. MARLUCIA SANTOS - Obrigada. Primeiro, agradecer aqui a oportunidade de estarmos aqui conversando sobre esse território tão importante para a Região Metropolitana e para nossa cidade de Duque de Caxias. Eu só queria lembrar para vocês que a Bacia do Iguaçu corresponde a 58% do território de Duque de Caxias, além de ainda atingir mais cinco Municípios da Baixada e, também, impactar a Pavuna, que pertence ao Município do Rio de Janeiro.

Então, ela é uma bacia muito sensível e não é à toa que ela foi fruto de objeto do Inea, de ação do Inea com relação à criação do Projeto Iguaçu. Nós temos memórias de inundações nessa área desde o século 19, com abaixo-assinado dos moradores que ficaram ilhados no São Bento por conta de inundações.

Então, as inundações não são uma coisa recente na história da nossa cidade da Baixada Fluminense. Ela está presente em toda nossa existência. Vocês estão vendo aí que essa área do Campo do Bomba está situada no Oeste da Baía da Guanabara, das cercanias da Guanabara, que é, portanto, também o território da Baía da Guanabara mais atingido, mais impactado por uma série de injustiças ambientais, mas é também um território marcado pela presença da ocupação mais antiga das cercanias da Guanabara. Se vocês puderem ver nesse mapa, todos esses aí são sítios de sambaquis dos primeiros habitantes do Rio de Janeiro, com datação de 4 e 5 mil anos. Só nas margens do Rio Iguaçu, nós temos o Sambaqui do Iguaçu, Sambaqui São Bento 1 e 2; e nas margens do Rio Sarapuí o Sambaqui da Marquesa de Santos.

Pode passar.

Vocês vão ver também que dentro desse território nós temos vários aldeamentos tupis, a aldeia Jaguará, onde é a Reduc hoje, a aldeia Sarapuí onde é o Campo do Bomba, então, esse território indígena, tanto de populações das conchas quanto dos tupis, também abrigou a primeira fazenda de ocupação portuguesa que vocês estão vendo aí, uma fotografia dela de 1918.

Então, esse conjunto arquitetônico que vocês estão vendo aí foi construído pela Ordem de São Bento, porque essa fazenda pertenceu ao Cristóvão Monteiro, mas depois passou para as mãos da Ordem de São Bento, em 1591. E a Ordem administrou essa fazenda até 1922.

Então, toda uma história dessa fazenda. Ela deu início a ocupação da Baixada Fluminense e esse conjunto arquitetônico foi tombado como patrimônio histórico nacional. Tanto esses sítios arqueológicos quanto o patrimônio histórico nacional estão aí na vizinhança do Campo do Bomba. E, portanto, à medida que você tiver um aterramento e uma impermeabilização do Campo do Bomba, todo esse patrimônio está em risco. Mas não é só o patrimônio arqueológico e histórico, porque aqui também, como já foi dito, foi onde se assentou o maior quilombo do Rio de Janeiro, que foi o Quilombo do Bomba. E, aí, a chamada Hidra de Iguaçu, tão estudada pelos historiadores. E foi encontrado nas margens do Rio Iguaçu máscara de ferro, armas do século 19, além de que nós temos um acervo de documentações intenso sobre essa presença africana, então, é um território ancestral.

Como vocês podem ver, em 1922, essa fazenda passou para as mãos do Governo Federal, da União, e aí vocês veem que o Governo Federal dividiu essa fazenda em glebas. E essas glebas, então, passaram a abrigar o Núcleo Colonial São Bento, onde se produzia alimentos para abastecimento do Rio de Janeiro. Essa área do Campo do Bomba e mesmo a área vizinha do Campo do Bomba, que vocês estão vendo ali a APA São Bento, ela também teve uma baita produção de arroz porque já tinha as condições ambientais.

Então, nós temos fotografias já de situações de inundações do início do século 20 e documentações de inundações do século 19. E nós vamos ver, então, quando começam...

Só volta um pouquinho antes. Obrigada. Vou ser mais rápida aqui, mas é importante isso daqui para vocês entenderem.

Quando começaram a se intensificar as carvoarias no século 19, houve um desmatamento brutal. Essa fazenda também fornecia madeira para ferrovia que corta esse território aí, vocês podem ver entre a área do Campo do Bomba e da área da APA São Bento à sua esquerda, vocês vão ver que tem uma linha férrea e do outro lado a gente tem uma Washington Luiz, depois a gente tem a área da Marinha. Agora, em frente, você tem Reduc e do outro lado tem aterro metropolitano e na gleba 3 nós temos a Cidade dos Meninos contaminada pelo pó de broca.

Então, se você olhar essa fazenda, ela vai abrigar as maiores injustiças ambientais da nossa cidade, caracterizando como uma zona de sacrifício pela rede de injustiças ambientais brasileiras. Esse território que abrigou o Núcleo Colonial São Bento tem uma parte chamada, essa (não compreendido) gleba aí, onde está a Reduc e onde está essa APA São Bento, onde está o aterro metropolitano do Jardim Gramacho, então, nós já estamos vendo ali uma situação de degradação ambiental muito violenta, com os vazamentos de óleo, acidentes industriais, vazamento do chorume do aterro metropolitano.

Então, é necessário a gente pensar uma ação que possa garantir uma reparação e ao mesmo tempo uma preservação desses patrimônios arqueológicos históricos tão importantes para a história de Duque de Caxias, mas, também, da Região Metropolitana.

Vocês estão vendo esse mapa? É o mapa do Exército Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Marluvia, com licença. Desculpe. É que o seu tempo esgotou; vou lhe dar mais 2 minutos.

Por favor.

A SRA. MARLUCIA SANTOS - Está ok.

Esse aqui é o mapa do Exército Brasileiro, de 1935, mostra o Campo do Bomba já como um lugar que inunda após aguaceiro porque recebe as águas das serras. A gente tem a Serra do Tingüá, com elevações de mais de 1.600 metros com rochas.

Então, quando você vê aquelas trombas d'água, já é o caos. Depois, está muito perto da foz, então, a gente tem aí uma subida da maré que já inunda, por exemplo, a área do polder ali da comunidade do Guedes, mesmo sem chuva. Vocês imaginem quando vem chuva, a situação é mais grave.

Pode passar aí.

Nós temos também uma comunidade intensa que está nas margens do Rio Iguaçu muito impactada com essas inundações. Duas imagens que vocês estão vendo de inundação do Campo do Bomba. A segunda, inclusive, é do Inea. Vocês podem ver que ela tem lençol freático em larga movimentação, mas ela também abriga essas águas com as inundações. Pode passar.

Tem um mapa que vocês vão ver aí, de acessibilidade do sistema territorial de Duque de Caxias, com os impactos fluviais, que aparece aí o Campo do Bomba, a parte onde está a Reduc, como uma área muito suscetível a abrigar essas águas e inundações.

Então, estou querendo chamar atenção que o Campo do Bomba também tem um papel importante, não só de proteger a população, os vários bairros situados na Bacia do Iguaçu e os Municípios, mas também a própria Reduc. Este ano, por exemplo, nós tivemos chuvas que ninguém saía e nem entrava na Reduc, ou seja, os trabalhadores não entravam e os que estavam lá não podiam sair. É interessante que as chuvas são tão poderosas que até a Prefeitura de Duque de Caxias fica inundada. Eu moro no bairro do Jardim Primavera, onde está situada a Prefeitura, e nós já vimos situações de que a pista da Washington Luiz foi interrompida.

Então, isso também vai impactar a própria Washington Luiz, porque a área do Campo da Marinha, quando chove muito, fica com água quase virando a Washington Luiz, então, se você não tiver o Campo do Bomba nós vamos ter...

Pode passar, Gabriel. Só para eles verem. Volta só essa das comunidades, por favor; Essa daqui.

Vocês estão vendo o Campo do Bomba, nós temos 11 ocupações populares do outro lado da linha férrea, além dessas 200 comunidades que a gente viu ali, dessas 200 famílias que estão só encostadas na linha do trem, o resto está tudo desocupado. Mas, se você aumentar o aterramento aqui, além de toda Bacia do Iguaçu, essas comunidades vão ser as mais atingidas.

Eu vou só encerrar agora. Gabriel poderia passar rapidamente só as imagens das enchentes, para vocês terem uma ideia do que nós estamos falando. Nós não estamos falando de uma enchente qualquer, são várias datas diferentes: 2009, 2010, 2018, 2020. E, aí, nós temos Xerém, porque o 4º Distrito de Caxias também faz parte da Bacia do Iguaçu, o segundo e quarto distritos, são inundações. O bairro do Pilar já tem faixa, porque o que aconteceu com o bairro do Pilar? O bairro do Pilar sofreu com o aterramento de um dos seus polders maiores; e aí agora as enchentes que ocorriam em dezembro, janeiro, fevereiro e março, agora estão ocorrendo o ano inteiro.

Pode passar a última imagem aí.

Concluimos, então, aí, para vocês verem que as pessoas perdem as suas compras, perdem vidas humanas. A de 2009 nós tivemos mortes, perdas de casas, de residências. As pessoas desorganizam a sua vida, há risco à saúde pública, então, a preservação do Campo do Bomba significa também um problema de Segurança Pública.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Professora Marluvia, peço que deixe a sua apresentação à disposição aqui das nossas Comissões, por favor. Muito importante. Eu tenho que cumprir esse papel um pouco desagradável, mas agradeço demais a sua apresentação e o detalhamento da sua exposição.

Deputado Flávio Serafini, para a sua saudação, em 4 minutos, por favor, obrigado.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Bom-dia, Deputado Waldeck Carneiro, bom-dia todas as Deputadas e Deputados aqui presentes. Defensor Thales, Secretário, Professor Adacto Otoni. Movimento Foras falou também, todos, todos e todas presentes.

Bom, eu não quero me repetir, pedi para falar depois da Prefeitura, depois do Movimento, mas já tentar contribuir com o processo dialógico, porque eu acho que todos nós temos alguns pontos em comum na análise sobre essa situação do Campo do Bomba, só que temos algumas especificidades no olhar que eu acho que a gente precisa trocar.

Ficou muito evidente na fala da Prefeitura que ela partilha da preocupação que todos nós temos do papel ambiental que aquela região cumpre para uma equilíbrio de toda bacia hidrográfica do Iguaçu, ficou evidente na fala do Secretário que isso é algo que tem feito a Prefeitura refletir sobre o uso que vai ser dado para aquela área.

No mais, acho que tem uma outra preocupação ambiental que apareceu aqui em algumas falas e agora nessa última fala apareceu de uma forma mais clara e deve ser retomada na fala do Professor Otoni. Se você impermeabiliza essa área, você pode encontrar uma solução para a área em si, levanta-la, impermeabilizá-la, só que isso tende que haja impactos em muitas regiões da bacia porque a água não vai deixar de existir, a água não vai deixar de vir do mar, a água não vai deixar de vir do rio, o rio não vai perder a necessidade de se ampliar quando vierem as fortes chuvas.

Então, no ponto de vista ambiental, tem uma preocupação mais global com o papel que aquela área cumpre que não se restringe, simplesmente, se você pensar que medidas podem ser feitas para aquela área deixar de ser inundar, a pergunta que fica é: se aquela área deixar de inundar, que outras áreas serão inundadas? Acho que essa é uma primeira questão do ponto de vista ambiental que a gente tem muita preocupação e eu queria trazer. Além disso, tem uma outra preocupação que eu queria também reiterar, aquela área pode parecer uma área vazia, mas ela não é uma área vazia, ela é uma área que cumpre um papel fundamental e ela é uma área que também tem uma grande relevância histórico-cultural e arqueológica. A gente não pode, de forma alguma, desprezar isso, até porque isso está sendo debatido, está sendo considerado pelos institutos de patrimônio que existem no nosso país, não é uma coisa que alguém inventou, que alguém tirou da cartola. Os sítios arqueológicos, os sambaquis, o quilombo, tudo isso são elementos histórico-culturais